



Anais da Assembléia

Nº 111

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 05 DE OUTUBRO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE OUTUBRO DE 1983

QUARTA-FEIRA

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Gernote Kirinus e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Antônio Panesi, ocorrido no município de Faxinal, deixando viúva a senhora Iara Zarbini Pavesi e três filhos.

O extinto era radicado em Marumbi, com grande lastro de amizade.

Requer ainda, que do pronunciamento do Plenário, se dê ciência à família enlutada, à rua Hermínio Cardoso, nº 536, Bairro-Alto, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor JOSÉ ANTONIO GIMENEZ, ex-candidato a prefeito de Califórnia e líder da comunidade, ocorrido nesta data.

REQUER, outrossim, seja dada ciência dessa decisão, aos seus parentes e familiares, residentes no município de Califórnia.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo trágico falecimento do Jovem Universitário FLÁVIO AUGUSTO BASSETI DE PAULA, ocorrido no dia 04 (quatro) de outubro de 1983, nesta Capital.

Por tratar-se de pessoa estimada, filho do ex-prefeito municipal de Clevelândia, a sua trágica morte deixa profundo pesar à sua família e à sociedade clevelandense e ainda no meio de suas amizades mais íntimas.

REQUER, ainda, seja dada ciência deste requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER um voto de profundo pesar pelo passamento do jovem FLÁVIO AUGUSTO BASSETI DE PAULA, ocorrido ontem, em nossa Capital.

REQUER, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, na pessoa de seu pai, senhor JOSÉ GUERREIRO DE PAULA, à rua Coronel Manoel Francisco Belo s/n., na cidade de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações para com o senhor GEORGE CHRISTOFIS, pela sua eleição como presidente da FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO VAREJISTA DO ESTADO DO PARANÁ, ocorrido no dia 23 de setembro p.p.

REQUEIRO, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à entidade supra citada.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) DONATO GULIN.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, voto de congratulações para com a "ASSOCIAÇÃO DAS SECRETÁRIAS DO

"PARANÁ", pela passagem do DIA DA SECRETÁRIA, ocorrido no dia 30 de setembro p.p.

REQUEIRO, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à Assepar.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, voto de congratulações ao Prefeito Luiz Carlos Haully, pela passagem do 36º aniversário do município de Cambé, extensivo aos poderes Legislativo e Judiciário e à comunidade em geral.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário,

REQUER, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de CONGRATULAÇÕES E REGOZIO, pelo transcurso ontem, do sexagésimo aniversário da ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL e AGRÍCOLA DE PARANAGUÁ.

A entidade, que até então vinha sendo dirigida com brilhantismo pelo eminente presidente doutor Carlos Elysio Neves Vieira da Costa, passou, por força da eleição realizada em data de 16 de setembro do ano em curso, a ser dirigida pelo senhor Antonio José Temporão, e quem cumprimos pelo auspicioso evento formulando nossos melhores votos de profícua gestão extensivos aos demais membros da nova diretoria da Associação que tantos e tão relevantes serviços tem prestado à comunidade parnanguara.

REQUER, outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa aos Excelentíssimos senhores Antonio José Temporão e doutor Carlos Elysio Neves Vieira da Costa, na Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, que fique consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações à Rádio Clube de Londrina Ltda., com conseqüente encaminhamento ao seu diretor, Ilustríssimo senhor Celso Aarão.

De justificado renome, a Rádio Clube de Londrina Ltda., é a única emissora do Norte do Estado que desenvolve seu trabalho dia e noite, irradiando 24 horas de música, esporte, notícia e idéias, produção feita com muito carinho e principalmente muito profissionalismo.

E a partir do dia 09 de outubro passará a desenvolver mais uma programação pioneira: será a única emissora do interior do País a transmitir simultaneamente a programação da Rádio Globo-SP, que é líder em audiência da Capital paulista.

Desde modo terá 10 horas da melhor programação

da rádio paulista, intercaladas com 14 horas de programação local, feitas com a tradicional qualidade que é ponto de honra da Rádio Clube de Londrina, uma rádio aberta ao diálogo e instrumento das mais diversas tendências, sejam políticas ou culturais.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(aa) MÁRCIO ALMEIDA, RUBENS

BUENO, HOMERO OGUIDO e FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado Estadual que a este subscreve, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno da Casa, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo senhor Alceu Conceição Machado, Digníssimo presidente do Tribunal de Justiça, do Paraná, reivindicando a criação e instalação do Conselho de Conciliação e Arbitramento (Juizado de Pequenas Causas) para a Comarca de Umuarama.

O sucesso amplo que alcança o Juizado de Pequenas Causas, tarefa social da maior importância que a Justiça Paranaense coloca ao alcance dos segmentos das classes menos favorecidas, é também necessária na região de Umuarama que detém expressiva densidade demográfica e das justiças mais sobrecarregadas do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício aos Excelentíssimos senhores JOSÉ RICHÁ, Digníssimo governador do Estado e professora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima secretária de Estado da Educação, solicitando seja reconhecido pelo governo do Estado o Curso de segundo grau no Colégio Cenecista Francisca Gomes Napoli.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

JUSTIFICATIVA:

Recebemos ofício da vereadora Marlise da Cruz Ferreira de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Cascavel, solicitando nosso empenho junto ao governo do Estado para o atendimento à presente reivindicação, razão pela qual elaboramos o presente requerimento.

O referido estabelecimento de ensino foi fundado em 23.10.67, e em 05 de abril de 1979, foi criado o curso de segundo grau, sendo ministrados os cursos de Magistério, Técnico em Agropecuária e Assistente de Administração.

O primeiro grau já foi concluído por 13 turmas e o segundo grau por 2 turmas, sendo que estes ainda não foram devidamente diplomados em vista que o referido curso ainda não foi reconhecido oficialmente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal

de Justiça, no sentido de agilizar estudos quanto à junta de conciliação e julgamento da Comarca de Assis Chateaubriand.

Trata-se de uma antiga reivindicação da classe jurídica e trabalhadora daquele município que quando necessitam demandar em juízo, para pleitear seus direitos, as audiências são marcadas após grandioso período de espera. É sabido que tal realidade, sem dúvida não é originária da negligência dos juízes das Varas Cíveis da Comarca de Assis Chateaubriand.

A justiça do trabalho foi criada para proceder sua função com agilidade com relação não só as demandas mas a todos os serviços que lhe é atribuída. A morosidade constantemente tem permitido que haja constrangimento nos postulantes, geralmente desempregados.

Neste sentido, o que ora é proposto encontra-se perfeitamente no programa de descentralização do Poder Judiciário, tornando-o por certo, mais acessível e beneficia não apenas Assis Chateaubriand, mas toda a região.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor presidente do Tribunal de Justiça, no sentido de se realizar estudos quanto à instalação da Junta de Conciliação e Arbitramento na Comarca do município de Goioerê.

Trata-se de uma antiga reivindicação da classe jurídica e trabalhadora daquele município que quando necessitam demandar em juízo, para pleitear seus direitos, as audiências são marcadas após grandioso período de espera. É sabido que tal realidade, sem dúvida alguma não é originária da negligência dos juízes da Vara Cível da Comarca de Goioerê.

A Justiça do Trabalho foi criada para proceder sua função com agilidade com relação não só as demandas mas a todos os serviços que lhe são atribuídas. A morosidade constantemente tem permitido que haja constrangimentos nos postulantes, geralmente desempregados.

Neste sentido, o que ora é proposto encontra-se perfeitamente no Programa de descentralização do Poder Judiciário, tornando-o por certo, mais acessível e beneficiando não apenas Goioerê, mas toda a região.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja realizado estudos visando a viabilidade de se implantar uma agência do Instituto da Previdência do Estado - IPE, na municipalidade de Engenheiro Beltrão.

Em observação profunda ao plano de ação 1983/86, do governo estadual, em sua versão preliminar, nota-se no que diz respeito às Metas no setor de saúde e saneamento, os objetivos claros de adotar-se uma política de descentralização administrativa e

financeira dos organismos de atendimento neste setor, bem como a municipalização progressiva dos serviços de atenção primária à saúde, com o devido apoio tecnológico. Esta regionalização ampla e efetiva, se faz necessária, sendo também a de acompanhar este processo, como encaminhamento democrático, a participação da população na condução da política de saúde.

A criação portanto, da agência do IPE, no município de Engenheiro Beltrão, sem dúvida alguma, está incluída nos propósitos de ampliação condizente de serviços de saúde e assistência social do funcionalismo público, naquela comunidade.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja estudada a possibilidade de designar um médico para o posto de saúde localizado no distrito de Luiziana, pertencente ao município de Campo Mourão.

De iniciativa do suplente de vereador Olivio Gobi, onde destaca, a real necessidade de dotar aquele distrito, de um melhor atendimento, a fim de assistir melhor a coletividade, principalmente a de menor poder aquisitivo.

Neste sentido, torna-se imprescindível ampliar os benefícios no setor, oferecendo por certo maior acessibilidade a toda aquela coletividade.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial, ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Cultura e do Esporte, quanto à possibilidade de se enviar materiais que seguem em anexo, para o Colégio Estadual Dom Bosco, localizado no município de Campo Mourão.

É necessário instrumentalizar a referida escola, com o intuito de condicionar aos estudantes a oportunidade da participação das promoções cívicas e culturais no âmbito municipal.

Faz-se necessário que seja possibilitado a concretização do que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja realizado estudos visando enviar recursos para a recuperação do aterro que liga o acesso da PR-180 à sede do município de Moreira Salles.

Aprovado por unanimidade no Legislativo Municipal, tal requerimento, de autoria do Excelentíssimo senhor vereador Jair Bauch, onde em sua justificativa

alertou o perigo que representa aos veículos automotores e em especial aos seres humanos, em face da morosidade dos organismos estaduais, no sentido de recuperar aquele trecho.

Torna-se imprescindível assegurar a tranquilidade dos usuários daquela ligação, somente capazes com medidas apropriadas e urgentes.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado a sua excelência o sr. secretário de Estado das Finanças, apelo no sentido de que seja revista a pauta do feijão, hoje taxado em Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) para o feijão claro e de Cr\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil cruzeiros) para o feijão escuro, quando o preço da venda pelo produtor é hoje de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) para o feijão claro e de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) para o feijão escuro, com tendência de baixa em virtude de ser início de safra.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Perdurando a pauta vigente só virá onerar o já sofrido agricultor, que vende seu produto por um preço e paga o ICM acima do preço vendido.

Como exemplo, uma das regiões prejudicadas é a do Vale do Ivaí, que já está comercializando sua safra, especialmente São João do Ivaí e Barbosa Ferraz, com grande prejuízo para o agricultor.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, e de conformidade com o sr. presidente da Câmara de Apucarana, sua excelência DIMAS ANTÔNIO LEUGI e de sua excelência ILDA SONI, Inspectora de Ensino daquela localidade, seja encaminhado expediente à senhora Secretária de Educação, Professora Gilda Poli Rocha Loures, para que o NÚCLEO REGIONAL DE ENSINO não seja transferido para outra cidade, visto que a cidade em que se encontra possui excelente situação geográfica e infra-estrutura que oferece todas as condições para a mesma.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) JORGE MAIA FILHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

SÚMULA: Requer o envio de expediente às autoridades abaixo mencionadas, no sentido de que seja construído um Salão de Reuniões na Escola JOSÉ DE MATTOS LEÃO, do Município de São João do Ivaí.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expedientes aos excelentíssimos senhor DOUTOR JOSÉ RICHIA, digníssimo Governador do Estado, e à professora GILDA POLI ROCHA LOURES, digníssima secretária de Estado da Educação, conforme o exposto acima.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação que ora encaminhamos, é uma antiga aspiração tanto de alunos, pais, como também do corpo docente daquele estabelecimento de ensino,

que não possuem um local apropriado para reuniões, promoções e comemorações, ficando na dependência de favores, e na maioria das vezes, aguardando vagas em outros locais. A Escola JOSÉ DE MATTOS LEÃO, tem hoje mais de novecentos alunos matriculados, e freqüentando os cursos ali ministrados, sendo portanto a nosso ver, uma justa reivindicação que em muito irá beneficiar aquele estabelecimento de ensino, e todos que ali convivem.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o envio de expedientes às autoridades abaixo mencionadas, no sentido de que seja construído um muro no Colégio Estadual ARTHUR DE AZEVEDO, no Município de São João do Ivaí.

Senhor Presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expedientes aos excelentíssimo senhor DOUTOR JOSÉ RICHIA, digníssimo Governador do Estado, e à excelentíssima senhora professora GILDA POLI ROCHA LOURES, digníssima secretária de Estado da Educação, conforme o exposto acima.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor presidente e senhores deputados, o Colégio Estadual ARTHUR DE AZEVEDO, no Município de São João do Ivaí, com mais de 1.000 alunos (mil) matriculados e freqüentando as aulas, tem encontrado sérias dificuldades para controlar a saída e entrada de seus alunos, além de sofrer interferências de pessoas estranhas no pátio do Colégio tanto em horários de aulas, como nos horários de recreio, e a construção do referido muro, em muito virá beneficiar a direção do colégio para evitar que estes problemas continuem a acontecer, como cita a diretora daquele estabelecimento em seu ofício conforme cópia em anexo.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer, o envio de expedientes às autoridades abaixo mencionadas, no sentido de que sejam executadas obras de reparos no prédio da Escola ÉRICO VERÍSSIMO, no Município de Laranjeiras do Sul.

Senhor Presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expediente ao excelentíssimo senhor DOUTOR JOSÉ RICHIA, digníssimo governador do Estado, e à excelentíssima senhora professora GILDA POLI ROCHA LOURES, digníssima secretária de Estado da Educação, conforme o exposto acima mencionado.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

Senhor presidente e senhores deputados, a Escola ÉRICO VERÍSSIMO do Município de Laranjeiras do Sul, funciona em um prédio já bastante antigo, estando hoje em condições precárias, principalmente em suas instalações elétricas que põe em risco a segurança daquele prédio, e conseqüentemente a segurança de seus alunos e professores. Anexamos ao presente requerimento, cópia de ofício do Excelentíssimo senhor prefeito municipal VALMIR GOMES DA ROCHA LOURES, que solicita nossa interferência junto às autoridades competentes, para que se promova, com a maior brevidade possível, a reforma no referido prédio.

REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer o envio de expedientes aos excelentíssimos senhores, DOUTOR JOSÉ RICHÁ, digníssimo Governador do Estado, e ao DOUTOR LUIZ CORDONI JÚNIOR, digníssimo secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, conforme o exposto abaixo.

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de expedientes às autoridades acima mencionadas, no sentido de que seja equipado com a maior brevidade possível, o Mini-Posto de Saúde localizado no Distrito de Poema, Município de Pitanga, tendo em vista que as obras de construção do prédio já se encontram prontas há quase um ano.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

O Mini-Posto de Saúde do Distrito Administrativo de Poema, no Município de Pitanga, é uma velha aspiração dos moradores, que tem de se deslocar até a sede do município, para que possam ser atendidos. Além daquele Distrito já contar com a construção terminada, a prefeitura municipal também já tem a pessoa treinada e capacitada para funcionar naquele distrito, faltando apenas o equipamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, seja transcrita, em seu inteiro teor, nos Anais desta Casa, o editorial anexo, publicado em o "Jornal do Estado", domingo, dia 02 de outubro, de 1983, intitulada "A culpa é do índio", e que bem retrata a situação de descalabro administrativo que vai pelo país.

O episódio que serve de base para o artigo em questão, bem demonstra que, atrair a opinião pública para fatos de relevância secundária, como a pretendida punição do deputado cacique Mário Juruna, não esconde a verdade contida em seus pronunciamentos, talvez simples e desprovidos de rebuscada retórica, mas, nem por isso, deixam de retratar a estado de quase desespero do povo brasileiro, levado a uma situação pela qual não tem culpa, pois não escolheu, de maneira livre e direta, através de eleições democráticas os homens que dirigiram o País, em direção ao abismo.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 93/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — O "caput" do art. 2.º, da Resolução nº 62/80, de 04 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2.º — Os Gabinetes de Representação e as Comissões Permanentes e Parlamentares de Inquérito, somente terão direito a crédito no elemento 3.1.3.0 - SERVIÇO DE TERCEIROS E ENCARGOS, sub-elemento 3.1.3.2) outros Serviços de Terceiros e Encargos, não podendo ultrapassar anualmente, os seguintes montantes:

a - Presidência	420 valores de referência
b - 1.ª Secretaria	380 valores de referência
c - 2.ª Secretaria	320 valores de referência
d - 1.ª Vice-Presidência	110 valores de referência

e - 2.ª Vice-Presidência 90 valores de referência

f - 3.ª e 4.ª Secretarias

e Liderança do

Governo

80 valores de referência

g - Liderança dos

Partidos Políticos

400 valores de referência

h - comissões

30 valores de referência cada uma".

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1984, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(aa) TRAJANO BASTOS — Presidente

GERNOTE KIRINUS — 1.º Secretário

FRANCISCO ESCORSIN — 2.º Secretário

Projetos de lei:

PROJETO DE LEI Nº 169/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transformar em órgão de Regime Especial a Escola para Menores Professor Queiróz Filho, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, nos termos da Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA

Apoio: Nelson Vasconcellos, Tuguio Setogutte,

Irondi Pugliesi e Paulo Furiatti

JUSTIFICATIVA:

É do conhecimento geral os esforços que o Poder Público desenvolve no sentido de dar melhores condições às Escolas de Recuperação de Menores para que as mesmas atinjam seus meritórios objetivos.

O que se pretende com o presente plano de lei é autorizar o Poder Executivo a transformar a Escola Queiroz Filho em órgão de regime especial, dando a este tradicional educandário condições plenas de funcionamento com autonomia orçamentária, para que possa melhorar a forma de remuneração e contratação do pessoal altamente especializado que necessita, para alcançar seus objetivos de alto interesse para a coletividade.

PROJETO DE LEI Nº 170/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL JOSÉ LACERDA, com sede e foro na cidade da Lapa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública vem prestando relevantes serviços em prol do menor carente da Lapa, propiciando-lhe a sua promoção e condições ao seu desenvolvimento harmônico e de sua personalidade.

A documentação que anexamos ao presente, comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos pela legislação estadual que regulamenta a matéria.

Com isso, estamos apresentando o presente plano de lei, que temos certeza contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Sabino Campos, inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

“Na ‘Folha de São Paulo’, de 23 de setembro de 1983, o Ministro da Previdência, Hélio Beltrão, reconheceu um furo de 420 bilhões de cruzeiros na caixa da Previdência, motivado pela diminuição da receita, causada pelo desemprego que assola o Brasil e pelo aumento das despesas de mesma origem, pois a miséria de milhões de brasileiros interfere diretamente em suas condições de saúde, levando-os a procurar mais ainda os serviços de saúde existentes.

A solução para este grave problema de assistência à população, seria tratada por um governo realmente popular com medidas racionalizadoras de gastos de recursos com a área da saúde. O próprio relatório do CONASP (Conselho Consultivo da Administração de Saúde Previdenciária) e a Portaria 3.062 de agosto de 1982 do Ministro Hélio Beltrão, são explícitos o suficiente, ao pregarem a regionalização e hierarquização dos serviços de saúde, como forma de integrar recursos na área, e combater as distorções atuais. Em suas considerações finais o documento do CONASP ao Ministro é claro: “sobre a melhora na qualidade assistencial necessária a equalização da atenção médica à população, através da eliminação progressiva de diferenças de assistência entre grupos populacionais, a ser obtida através da equiparação urbano-rural e universalização do atendimento, e unificação progressiva das várias modalidades assistenciais”. Aqui, universalização significa atender todos os doentes sem distinção, tenha INPS, FUNRURAL ou seja INDIGENTE.

Com base na orientação desta portaria começou a se efetivar em diversos hospitais e em diversos serviços médicos municipais, a implantação da universalidade do atendimento, sendo a maioria dos casos, inclusive de indigentes, amparados pelo INAMPS.

Agora, um ano após a entrada em vigor da portaria, o Governo resolve diminuir os gastos com assistência à saúde, deixando à míngua os indigentes ou não previdenciários, que não têm culpa do desemprego deste país. Não é outro o conteúdo da Circular 514-039/004 do INAMPS, que diz no item D: “as Autorizações de Internamento Hospitalar, para casos clínicos adultos e pediátricos, serão emitidas exclusivamente com código de primeiro atendimento em clínica médica e pediátrica”.

Para aqueles que necessitarem de mais de dois dias de internação, acometidos de males como uma meningite, uma diarreia com desidratação ou uma pneumonia, passarão a receber tratamento domiciliar, o que certamente levará o paciente à morte. É uma prática que em muito se assemelha a eutanásia.

Nenhuma justificativa oficial para essa circular foi fornecida pelo INAMPS. Extra-oficialmente o Secretário de Saúde de Toledo recebeu a informação de que os indigentes deverão ser assumidos pela comunidade.

Vejam bem, senhor presidente e senhores deputados, o município do prefeito eleito pelo povo, que é barrado à porta do Palácio do Planalto quando vai exigir a reforma tributária, além de arcar com a implantação da rede de assistência primária com atendimento universal agora terá, segundo o INAMPS, de arcar com a assistência terciária ou hospitalar.

Nesse sentido uso a tribuna desta Casa para

afirmar que não admitiremos que indigentes adultos, e inclusive crianças, morram sem assistência médica, por omissão da Previdência Social. Já é hora de darmos um basta a esta política irresponsável do Poder Central, de jogar a crise nas costas do povo brasileiro, pois não é o povo que provoca a fome, o desemprego, o subemprego e a miséria de nosso País.

Que, imediatamente, seja revogada esta orientação do INAMPS, caso contrário este órgão estará condenando à morte milhões de brasileiros, adultos e crianças.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Senhor presidente, senhores deputados.

“A incoerência, que domina as decisões governamentais a nível federal, traz não só reflexos danosos às empresas nacionais e aos trabalhadores brasileiros, mas também, por mais paradoxal que seja, aos próprios órgãos do Governo.

Prova disto é a situação atual da Previdência Social e do Sistema Financeiro da Habitação em nosso País.

Consta, em relação à Previdência Social, que o “déficit” hoje já é superior a 500 bilhões de cruzeiros e que tende a avolumar-se dia a dia, sem perspectivas de equilíbrio, a não ser através de injeções maciças de recursos via Tesouro Nacional.

De parte do Sistema Financeiro da Habitação, sabemos que só a Caixa Econômica Federal tem 102 mil casas e apartamentos para construção, aguardando financiamento. Só o atendimento dessa demanda reprimida decretaria o recrutamento imediato de 1,5 milhão de trabalhadores.

A desordem econômica intensifica o processo inflacionário. E, em nome do combate à inflação, passa-se em primeiro lugar em diminuir os salários.

Mas será, senhor presidente, senhores deputados, que os gênios que nos governam não são capazes de perceber que um decreto-lei que estabelece um percentual de 80% do INPC nas prestações do mutuário e que obriga, na outra ponta, a remunerar as cadernetas de poupança à falência com índice mais elevado, simplesmente está levando à falência o Sistema Financeiro da Habitação? Será que é isto que pretendem? Levar todo o Brasil e os brasileiros à falência?

E, pior: com a aplicação do mesmo percentual aos reajustes salariais, o consumo popular sofre novo declínio. O desemprego crescente faz aumentar o volume de saques contra o Fundo de Garantia e se reduz a receita da Previdência Social, enquanto também diminuem as sobras de dinheiro que formam a poupança da população urbana.

Nestas condições, não temos perspectivas, nem sequer a médio prazo.

E ficamos a imaginar, conscientes, que estamos perdendo um tempo precioso para a construção do Brasil dos nossos filhos e dos nossos netos.

Aos poucos a nossa suicida política econômica está conseguindo parar este País. Por força da recessão orquestrada e em marcha desde o início do governo do General Figueiredo, hoje os brasileiros empregados não podem trabalhar, pois a retração do mercado interno não estimula a produção, e os que podem trabalhar não têm emprego, pois a política recessiva não estimula a

criação de empregos.

Pobre Brasil, que a cada dia fica mais pobre ...

E, enquanto isto, o que vemos é o farto noticiário sobre a sucessão presidencial. Sucessão que será decidida a portas fechadas pelo PDS, o mesmo partido que hoje está no governo e que já conseguiu levar nosso País à falência!

O General Figueiredo vai indicar o seu sucessor. E perguntamos: com que autoridade? Por delegação do povo sabemos que não, pois ele apenas foi apresentado com o cargo de Presidente. Por competência administrativa também não, porque se há uma coisa que inexistente neste País é administração séria e competente.

Qual a saída?

O caminho é deixar que o povo se manifeste. Como aconteceu aqui no Paraná e a população confiou no PMDB. E os resultados já estão aí, para deixar bem claro que o povo dificilmente erra.

Que o General Figueiredo esqueça a sucessão e governe, mesmo que mal, mas governe. E deixe os destinos dos brasileiros para os próprios brasileiros; que a desordem seja substituída por eleições, pois sabemos que o voto direto, como já aconteceu em nosso Estado, certamente levará à ordem econômica, à moralização administrativa e à reconquista da autonomia e soberania nacionais.

Eu pergunto para encerrar: com 80% de reajuste da casa própria e com mais de 100% na caderneta de poupança, seria uma pergunta que ficaria no ar sem resposta. Quem banca a diferença dos 20% e quem sofre o prejuízo desta loucura? "

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor presidente, nobres deputados.

Inicialmente desejo ler para que conste nos Anais da Casa, trecho de um artigo publicado pelo jornalista José Wanderlei Dias, no jornal "Gazeta do Povo", edição do último domingo.

Um dos trechos daquele artigo, ele diz o seguinte: "Acho mais que direito, obrigação da autoridade o levantamento de eventuais irregularidades com a punição exemplar dos culpados. Isto porém não se confunde com a dilapidação da honra alheia, com a oficialização da injúria, com a miséria moral da infâmia, com a torpidade de dar curso a ódios, com o estabelecimento de tribunais de exceção, com a chancela de boatos, com o vômito de insinuações malévolas e a perversidade de confundir proposadamente as coisas."

Senhor presidente, nobres deputados. A civilização dos homens já atingiu uma visão universal do que seja "justiça". Existem pressupostos elementares para que homens julguem comportamentos de outros homens e dê-se credibilidade às decisões que venham determinar. Quem julga, senhor presidente e nobres deputados, deve ser competente, isto é, ter a visão de julgar, atribuída em lei. Deve estar investido desta competência pela sociedade, como seu representante, detendo o poder da aplicação da lei pela coerção, garantido pela força do Estado.

Quem julga ter a aptidão técnica e jurídica para a ação judicante, sobretudo quem julga ter mesmo

imparcialidade absoluta, desinteresse pessoal no resultado de sua própria decisão, mesmo numa estrutura assim concebida, senhor presidente, senhores deputados, o julgamento humano é sujeito a erros e a justiça, muitas vezes, não se faz.

Imagine-se pretender chegar à justiça através de autoridade incompetente, inapta, parcial e que não queira jamais chegar à verdade, mas apenas ter auto-promoção, através da destruição de adversários.

Senhor presidente, nobres deputados, fazemos este preâmbulo para que a Casa, desde logo, avalie o nosso estado de espírito que é de revolta contra esta grotesca pantomima, maliciosamente batizada de "Comissão Parlamentar de Inquérito da Corrupção", órgão em funcionamento neste Legislativo e que por sua mera instauração, já comprova a parcialidade. Imaginemos, senhores deputados, uma organização pretendendo justiça onde os promotores suscitem o processo, façam o libelo e, finalmente, prolatem a própria sentença.

Desde que o resultado do julgamento pode beneficiar estes próprios promotores, há que se imaginar, por antecipação, que sempre a eles será favorável, porque assim é, e sempre foi, a natureza humana.

Quando foi constituída tal Comissão de Inquérito, fizemos um apelo ao líder da nossa bancada e nos furtamos de ser indicados para sua composição, visto que fomos líder do Governo e da Bancada do PDS durante a anterior administração estadual. Julgamo-nos impedidos, não por presumir qualquer envolvimento nosso nas ações a serem investigadas, simplesmente para não assumir a postura de participante numa Comissão investigatória, onde a nossa parcialidade seria patente.

Dissemos mesmo, em entrevista à imprensa, do nosso convencimento sobre a honorabilidade pessoal deste eminente paranaense chamado Ney Aminthas de Barros Braga, sob cuja liderança agimos nesta Casa, proporcionando à sua administração o necessário respaldo Legislativo. Não participamos da composição da Comissão, porém temos acompanhado atentamente os seus trabalhos e aqui estamos dando este pronunciamento de hoje, como imperativo de consciência.

Em nossa opinião, o comportamento dessa Comissão desmerece o conceito deste Poder.

O que estamos vendo é uma ditadura de partido, com o PMDB em maioria, decidindo, impondo. Bem comparando, age o Partido da Oposição na administração estadual anterior, como verdadeiro esquadrão da morte de seus adversários políticos, tentando porém executar-lhes a honra.

Tentam desmerecer perante o povo os governos anteriores, esquecidos de que este é um Estado forte na sua economia, graças a infra-estrutura existente. Ainda agora, no último domingo, vimos o Governador José Richa gastar o nosso dinheiro, para contar em cadeia de emissoras de televisão, o que está fazendo, e na listagem de realizações, não existe uma só obra que não venha do governo anterior.

Eu acho que será uma tentativa inútil dos mandatários do ódio, do rancor e das frustrações, apagar do coração do povo a imagem de homem sério, justo, honesto e capaz que é Ney Braga.

Vimos agora mesmo, quando se tratou de apurar pseudas irregularidades na FUNDEPAR, ser apresentado pelo Relator deputado Luiz Gabriel Sampaio, "Parecer" onde admite erros administrativos, porém

não característicos à corrupção, porquanto não beneficiaram financeiramente os responsáveis. É o caso, por exemplo, da distribuição de material escolar, através de políticos ou de lideranças políticas regionais.

Na verdade, o objetivo da providência administrativa foi atingido: as crianças receberam o material escolar. Ninguém o levou para casa às escondidas.

Eu pergunto: houve favorecimentos políticos? É possível. Mas ninguém é ingênuo ao ponto de se escandalizar com comportamentos dessa natureza, de existência praticamente universal.

Entretanto, senhor presidente e nobres deputados, com o "Parecer" em separado, o senhor deputado Adhail Sprenger Passos do PMDB, foi de opinião diversa.

Esse nobre deputado, desconhecendo quais sejam as atribuições de uma Comissão Parlamentar de Inquérito ou talvez duvidando da aptidão profissional da Procuradoria Geral do Estado, chegou, pasmem os senhores, a dar enquadramento penal o que é classificado pelo código como infringência, que ele pretendeu existir, cometida por este ou aquele denunciado.

Ora, nós sabemos muito bem, que uma Comissão Parlamentar de Inquérito não é órgão processante. Se do seu relatório constar a presunção de ilícito, cabe encaminhamento à Procuradoria do Estado, para que acione, aí então com competência, as providências legais cabíveis.

Jamais pois, pode uma Comissão Parlamentar dar enquadramento penal das ações que presumiu ilícitas e isto não é matéria nova, isto consta de um "Parecer" da Comissão de Justiça do Congresso Nacional, sobre o mesmo assunto.

Naturalmente, o nobre deputado Adhail Sprenger Passos, meticoloso como é, como sempre foi, não tem conhecimento desse "Parecer".

O nobre deputado Adhail Sprenger Passos, embora não seja douto em leis, tão pouco burro é, agiu de tal maneira, visando um objetivo, tentar denegrir a honra da facção política adversária, talvez sentindo por antecipação, que por méritos administrativos, sua própria facção política, jamais irá realçar perante a opinião pública.

Na parte em que perquerei fatos ocorridos na área da Secretaria de Segurança Pública, vimos o Secretário Oscar Alves respondendo indagações do nobre deputado Márcio Almeida, chamando este deputado de incompetente, preguiçoso e desonesto.

E o que aconteceu? O nobre deputado Márcio Almeida calou-se, quando o mínimo que se podia esperar de um homem de bem, era ter-se levantado e ter dado uma bofetada na cara do deputado Oscar Alves.

Entretanto, acusado com tanta veemência e frontalmente, não teve sequer a hombridade de reagir.

E esse deputado que era o principal acusador do deputado Oscar Alves, calou-se. Viu-se então, eu vi naquela oportunidade, pois estava presente, como se estava transformando uma Comissão deste Poder, em instrumento de vinganças pessoais, num órgão manipulado com finalidades mesquinhas.

E no caso do nobre deputado Márcio Almeida, Sua Excelência não só fracassou em apontar irregularidades, como teve o desprazer de ouvir as suas próprias culpas proclamadas, recebendo ofensas pessoais.

Não cabe a um homem de bem suportá-las sem um revide.

Senhor presidente e nobres deputados, quando assumiu a administração do Estado, o PMDB passou a dispor de todos os documentos para constatar a existência de eventuais casos de corrupção.

Bastaria, para tanto, um levantamento da administração em todos os setores. Feito este trabalho de levantamento da situação, que é uma rotina de boa administração, e encontradas as provas ou início de corrupção, o Executivo enviaria uma representação à Procuradoria Geral do Estado para que intentasse as ações cabíveis perante a justiça, mas tal não ocorreu.

O PMDB preferiu constituir essa comissão de inquérito como se fosse o Legislativo, e não o Executivo, o detentor deste poder de encontrar e denunciar irregularidades.

Ora, se este governo que aí está há mais de seis meses, encontrou irregularidades e não as denunciou, passa a ser um acobertador, um cúmplice por omissão. E cabe, exclusivamente, aos administradores de cada uma das pastas, de cada uma dos setores do Serviço Público, de cada uma das empresas públicas, providenciar a imediata averiguação de quantas ações consideradas irregulares ou suspeitas.

Fosse interesse do PMDB chegar à justiça, certamente procuraria esse caminho, que é o correto, sem meandros para alcançar a verdade. Mas, o PMDB preferiu criar a Comissão Parlamentar de Inquérito revelando desde então, ser interesse seu, interesse partidário manter uma espada suspensa sobre a honra de seus antecessores enquanto a vai denegrindo impunemente.

O Governo do Estado não acionou o Poder Judiciário, acionou esta Assembléia e a está instrumentando através dessa comissão, por cuja ação, como membro do Poder Legislativo eu me sinto envergonhado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado, eu queria me parabenizar com o pronunciamento de Vossa Excelência, porque Vossa Excelência reitera neste Plenário que é de maior capacidade de entendimento popular, o que nós tivemos oportunidade de dizer, não nas mesmas palavras, mas no mesmo sentido, quando usávamos da própria CPI da Corrupção, porque não concordamos em hora nenhuma, e não concordaremos em que este Poder sirva de suporte para mais uma intenção de perseguição do Executivo.

Nós denunciemos e além de tudo achamos que este Poder errou no relatório que aprovou com referência à FUNDEPAR, e nós denunciemos este fato, publicamente lá, e está registrado no Serviço de Taquigrafia, de que este Poder cometeu um erro, atribuindo ao Judiciário incapacidade de qualificar um crime.

Naquele relatório se deu a entender de que houve crime de peculato, enriquecimento ilícito, corrupção eleitoral, requereu busca e apreensão de bens, qualificou crime sem citar autor, quando se sabe que crime tem que ter em primeiro plano o agente do crime, se não há agente não pode o crime ser qualificado, passando um atestado ao Poder Judiciário, como se eles não tivessem a competência de, analisando se houve crime ou não, localizando os seus autores, pudesse o Poder Judiciário qualificá-los, porque a eles compete enquadrar.

Então este erro ficou registrado e quero aqui,

colocar como adendo, ao grande pronunciamento sério e responsável, que Vossa Excelência faz agora da tribuna, porque ninguém tem a intenção de acobertar a corrupção, esteja ela onde estiver. Na verdade não podemos ter este ímpeto cego e voraz de produzir induzir ao governo passado uma responsabilidade que ele não cometeu, que nós sabemos e já constatamos e apontamos neste Governo, vários episódios de corrupção, naquela Comissão, nem sequer referência fizeram as denúncias apresentadas pelos nossos companheiros de bancada, o que ficou evidente, com a maior clarividência possível, a intenção de procurar levar os homens do Governo passado a um crime que eles não cometeram.

Porisso me parabeno com Vossa Excelência, porque Vossa Excelência fala a verdade, a verdade nua e crua!

Obrigado nobre deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu é que agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Quero conceder também o aparte ao nobre deputado Gilberto Carvalho e em seguida concederei a Vossa Excelência, deputado Edgar Pimentel.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu quero cumprimentar o nobre deputado Erondy, pelo grande pronunciamento que faz, analisando profundamente, com seriedade a atuação desta Comissão da Corrupção, mas na realidade o que quer o governo, nobre deputado, é como disse anteontem, é jogar pedra no passado para encobrir os erros do presente.

Não interessa apurar nada.

Vossa Excelência sabe que eu denunciei há poucos dias a corrupção no DETRAN e já tenho o relatório pronto, no entanto recebi hoje telefonema de Ivaiporã, que o chefe da CIRETRAN continua trabalhando normalmente, mas o relatório está comprovado.

Porém, medida nenhuma se toma. O que querem é tumultuar e jogar pedra no passado para encobrir o presente, mas o assalto a gente vê em todo o lado.

Hoje recebi um telefonema também da minha região, o feijão preto que está saindo a 25 mil cruzeiros e o feijão claro a 30, o senhor Secretário Garanhão determinou que a pauta seja de 50 mil cruzeiros. O bolso do lavrador está sendo lesado, porque ele colhe e vende a 25, a 30 e paga sobre 50, o ICM. É isto que está acontecendo neste governo. Eu cumprimento Vossa Excelência por este grande pronunciamento que faz.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a Vossa

Excelência, e a propósito das CIRETRANs, não querendo desviar do assunto, e antes de enriquecer o nosso pronunciamento com o aparte do nobre deputado Adhail Sprenger Passos, eu li hoje nos jornais que um chefe de CIRETRAN aí, de um município do Oeste do Paraná, já nomeado pelo Governo, era um ladrão. Quer dizer, foi preso como ladrão antes de tomar posse. Então vê Vossa Excelência que o negócio está feio mesmo. As denúncias que Vossa Excelência trouxe são inofensíveis. Vossa Excelência comprovou com ordem bancária, inclusive, o pagamento das carteiras. No entanto, tenta-se nesta Casa justificar esse fato, apesar de que isso não queremos jogar a responsabilidade sobre os ombros do Governador, porque essas coisas ocorrem. No trânsito a corrupção

campeia, e é quase que humanamente impossível estirpá-la. O que não se pode é vir aqui, a bancada do PMDB dar uma de vestal, quando nós estamos verificando que no governo do PMDB, apenas em seis meses, já estão pipocando casos de corrupção indesejáveis. Essas denúncias foram trazidas aqui e que não foram desmentidas por ninguém. Ainda esses dias vi, ouvi o nobre deputado Adhail Sprenger Passos tentando justificar uma aquisição de carteiras escolares na ordem de cem milhões de cruzeiros, feita sem licitação pública, ao arripio da lei. Justificativa do nobre deputado houve enchente, calamidade pública etc., e, não deu tempo para fazer a licitação. Ora, nós sabemos que o mês duro das enchentes foi exatamente no mês do recesso escolar e uma licitação não demora mais do que oito dias. Então, não há uma justificação plausível para dispensa de concorrência pública. Eu não diria que seria um caso de corrupção, absolutamente. Não conheço a senhora Superintendente da FUNDEPAR. Não conheço o seu passado ou o seu presente, vamos ver o seu futuro. Então, não posso dizer que essa compra de carteiras fosse um caso de corrupção, mas foi, isso sim, uma compra feita ao arripio da lei, e que por muito menores os fatos apurados nessa pantomima de CPI da Corrupção, nesta Casa pediu-se o enquadramento penal de supostos praticantes de delitos. São esses fatos que realmente revoltam aquelas pessoas que vêm no Poder Legislativo, um Poder que é, em última análise, o último guardião do povo porque este poder emana, diretamente, do poder do povo. Nós aqui representamos cada cidadão deste Estado. Então, este tem que ser um Poder sério, não pode servir de palco à frustrações pessoais, à vinditas políticas, à frustrações daqueles que nunca conseguiram chegar a esta Casa, e agora, por uma explosão do eleitorado que, contrário à política do Governo Federal, deu essa maioria eventual ao PMDB. Mas, não é uma maioria eventual. Daqui há três anos, teremos eleições novamente, e se o Partido Oficial continuar neste marasmo, tentando denegrir a honra de todos os homens públicos deste Estado, eles receberão o corretivo nas próximas eleições.

Eu concedo com muito prazer o aparte ao nobre deputado Adhail Sprenger Passos.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Prezado deputado, eu agradeço a concessão do aparte, pois muito me honra essa sua concessão. Quero dizer a vossa excelência, que ao elaborarmos o relatório parcial e específico sobre a primeira denúncia constante do requerimento que deu origem à CPI, exclusivamente sobre a primeira denúncia, nós não fomos movidos por nenhuma vindita de caráter pessoal, não fomos também movidos por nenhum tipo de frustração, e nos detivemos apenas e exclusivamente, a relatar fatos que chegaram ao conhecimento da Comissão Parlamentar de Inquérito. Plenamente documentados, levando em conta todos os depoimentos, especificados esses fatos, nós procuramos no nosso relatório, ajustá-los a determinados crimes contra a causa pública, contra a coisa pública, estabelecendo a relação entre os fatos e aquilo que caracteriza cada crime.

E por fim, nós estabelecemos um encaminhamento, para quem de direito possa julgar. Nós não julgamos ninguém. Nós não dissemos quem são os culpados. Quem vai apontar os culpados não somos nós. Pelo menos esta foi a orientação que eu dei a mim mesmo, para elaboração do nosso relatório parcial, que se referiu, repito, exclusivamente ao objeto da primeira denúncia, e estamos aguardando nobre deputado, quando a denúncia feita por correligionários de vossa excelência, neste episódio que acaba vossa excelência de mencionar: compra de carteiras sem licitação. Estamos aguardando os documentos para discutir em reunião extraordinária da CPI, de modo que este assunto não foi

ventilado porque não foi concluído ainda a parte que cabe à sindicância, à Comissão Parlamentar de Inquérito, de sindicância.

Oportunamente, haverá um outro relatório parcial sobre denúncias de vossas excelências, de modo que eu não entendo a pressa de alguns deputados, a quererem tratar todas as denúncias ao mesmo tempo. Há que se disciplinar, que se policiar, que se estabelecer um ordenamento.

O nosso relatório foi relativo à primeira denúncia, denúncia número um constante do requerimento que deu origem à CPI, e eu concluo nobre deputado, quando aceitei entrar nessa comissão Parlamentar de Inquérito, eu conversei com deputados do meu Partido, e conversei também com deputados do Partido de vossa excelência. Encontrei em todos a mesma vontade de apurar os fatos, e encaminhar a quem de direito para julgá-los, porque nós devemos, nesta Casa, restaurar o prestígio deste Poder, para fazer com que haja o senso comum do povo, ao Governador o respeito, e a verdadeira significação deste Poder, porque aí fora, só se falam em roubo, não só a nível de Estado, mas a nível também de Governo Federal; só se falam de roubos levando o povo no seu senso comum, a admitir que o exercício da função pública só é feito por pessoas que têm o costume de roubar. Nós precisamos através deste instrumento da CPI, estabelecer a distinção entre os responsáveis e irresponsáveis.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço o aparte do nobre deputado Adhail Sprenger Passos, e pediria à liderança do meu Partido, apenas dois minutos para responder esse aparte e concluir o meu raciocínio.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, mais cinco minutos ao deputado que se encontra na tribuna.

O SR. PRESIDENTE — Vossa excelência tem mais cinco minutos para concluir.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu vejo com muita satisfação que o nobre deputado Adhail Sprenger Passos confirma o óbvio. Não foi ele o autor do relatório.

O Sr. Adhail Sprenger Passos — Em absoluto, nobre Deputado! Repito...

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não foi vossa excelência, porque vossa excelência recebeu pronto, não teve nem o cuidado... (tumulto)

Sr. presidente, estou com a palavra. Eu dei o aparte no instante em que foi solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está com a palavra o orador que se encontra na tribuna.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa excelência recebeu pronto.

Tanto recebeu pronto que vossa excelência não teve o cuidado de numerar as folhas. Vossa excelência foi instrumento nessa comissão. Vossa excelência disse nesta Casa o óbvio. Não foi vossa excelência o autor, talvez vossa excelência não tenha competência para fazer esse relatório.

Eu ouvi pacientemente o longo aparte do nobre deputado Adhail Sprenger Passos, que veio nesta Casa confirmar o óbvio, que serviu de instrumento na elaboração desse contra-relatório. Está aqui a prova patente, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — A Mesa solicita aos deputados que desejam apartear o orador, que o façam nos termos regimentais. Está com a palavra o deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Não teve o nobre deputado, sr. presidente, nem o cuidado, ao receber o contra-relatório, pronto, naturalmente feito por algum promotor encomendado para isso, de numerar as folhas. Está aqui a prova da incapacidade do deputado Adhail Sprenger Passos, em elaborar esse relatório. Eu eu fico satisfeito, porque sempre tive sua excelência na mais alta conta, e sei que ele jamais diria as

barbaridades ditas neste contra-relatório. Fico muito satisfeito quando ele confessa o óbvio, que não foi o autor do relatório.

Por essas coisas, sr. presidente, sentimo-nos envergonhados, e por não querer compactuar com tal comportamento, não só pelo constrangimento que impõe à várias pessoas, mas por agredir torpemente a própria credibilidade do meu Partido político. Classifico essa Comissão de Inquérito por aquilo que realmente é: uma farsa. Uma farsa que agride pessoas honestas, enquanto as que poderiam efetivamente ser punidas, se é que existem, cada vez sentem-se mais seguras de impunidade, porque não estão sujeitas às autoridades realmente competentes.

Nessas condições, sr. presidente, nobres srs. deputados, o meu apelo ao líder do meu partido, é para que os membros do meu Partido, o PDS, renunciem as indicações para compor essa Comissão. Sua presença ali, desde que minoritária, não pode servir de biombo à vontade esdrúxula a uma maioria autoritária; não pode servir de moldura para esse quadro de prepotência, de injustiça, de irresponsabilidade, montado por uma autoridade que acredita que a permanência no poder será eterna. O tempo dirá que não é eterna. Eu conclui, mas com muito prazer ouço vossa excelência.

O Sr. Gabriel Manoel — Deputado Erondy, então eu serei o primeiro a pedir a minha renúncia dessa Comissão dirigida.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Vossa excelência pedirá, não a mim, mas ao líder do nosso Partido.

O Sr. Gabriel Manoel — Eu vou pedir, mas gostaria de dizê-lo a vossa excelência que eu não faço parte de uma Comissão, não farei mais parte onde vejo ameaças dirigidas, e diz na "Gazeta do Povo", num artigo de José Wanderley Dias onde ele fala sobre Guilherme Braga e sobre o ilustre colega nosso, deputado Adhail Sprenger Passos, extrapolando uma velha amizade, extrapolando tudo, para tripudiar sobre um homem inocente, sobre uma equipe de gente inocente, só pela sanha de não saber administrar um Poder, não saber ser Poder e ser Governo.

Vossa excelência está de parabéns, e receba a minha solidariedade. Obrigado por termos homens da estirpe de vossa excelência nesta equipe da qual fazemos parte, no PDS. E haveremos de mostrar em bem curto tempo de espaço, como vossa excelência está com a razão. Diz o adágio popular: "não faça a Deus, que não pague ao diabo". Há sanha, dos inimigos nossos que hoje já não são adversários políticos, são inimigos, porque querem tripudiar sobre nós, mas, isto, nunca eles alcançarão!

Obrigado, deputado Erondy.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a vossa excelência e ao sr. presidente.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Esta Presidência consulta à Liderança do PDS, se fará uso do restante do seu horário.

Por quinze minutos, concedo a palavra ao sr. deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. presidente, srs. deputados.

(Lê): "Há dias passados, fomos convidados a proferir uma alocução homenageando nossa Pátria e o fizemos, com prazer, porém, além da homenagem, foi no Clube dos 21 Irmãos Amigos de Curitiba, fizemos uma análise e uma advertência sobre nossa atual crise econômica.

Porque entendemos que amar nossa Pátria é acima de tudo respeitá-la.

Visto que amar e respeitar a terra que nos viu nasceu, não é um hábito, não é algo que possamos construir a golpes de raciocínio. Este amor é mais profundo.

Porque ninguém pode negar o poder extraordinário que exerce sobre o ser humano o pedaço de terra natal, onde se educou, onde

viveu seus momentos de alegrias e decepções.

Jamais o homem odeia a terra, mesmo quando lhe é adversa, se nela houver nascido e nela houver vivido.

O árabe do deserto ama as areias sem fim, mesmo que elas abriguem perigos fatais.

O nordestino aflito, que no desespero e por questão de sobrevivência, abandona as soalheiras esbrizadas e secas do seu Nordeste, nunca deixa de amá-la e não podendo retornar ao antigo lar lembra-o em cânticos e versos.

Também um filho normal não odeia o braço paternal que o castiga, nem a mãe que o amamentou, quando injusta.

O sentimento do rincão natal é realidade insofismável.

Inútil é negar as evidências palpáveis do sentimento de amor ao país, o patriotismo verdadeiro, o amor aos que sofrem igual a nós os mesmos problemas, as mesmas vicissitudes e as mesmas esperanças.

E se hoje nos ufanamos de nossa Pátria, é por que ela nos foi legada pelos que nos antecederam, em estágios difíceis da história, para que nós, num gesto de heroísmo e desprendimento a façamos verdadeiramente independente, em todos os aspectos.

Pois se somos independentes politicamente pela herança dos nativistas, dos inconfidentes, do trabalho magistral da maçonaria de então e do ainda ressonante "7 de Setembro", devemos entender que independência política está estreitamente vinculada com independência econômica.

Se a liberdade política nos foi legada pelos que nos antecederam, cumpre a nós, homens de agora conseguirmos nossa liberdade econômica. E só a conseguiremos com o trabalho dignificante de cada um, numa sólida unidade de pensamentos e ação.

Pois se é verdade que politicamente na linguagem do direito internacional o Brasil declarou sua independência, segundo os princípios de auto determinação dos povos.

Verdade é também de que este processo extremado foi apenas o marco inicial de um processo histórico que exigiria ainda, novas décadas para a completa independência do Brasil, cuja sobrevivência, como nação livre, ainda está subordinada a complexas contingências de política econômica.

É elementar a conclusão.

A sobrevivência política está diretamente vinculada à emancipação econômica.

São interdependentes.

Completam-se

Porém, se somos livres politicamente, o Brasil está mergulhado em uma crise econômica sem precedentes.

Como consequência do agravamento constante e permanente de nossa dívida externa.

Não podendo nosso País se eximir das dificuldades mundiais, sendo que, todos os países, estão pagando um preço quase insuportável, gerado pela crise que se abateu sobre todas as nações principalmente nos países em desenvolvimento, como o nosso.

O Brasil que na sua ambição de crescimento, que foi uma verdade incontestável em décadas anteriores, aumentou sua dívida.

Crescimento esse que extrapolando nossa real capacidade de endividamento, teve nos últimos anos, um agravamento de dificuldades econômicas, pelas constantes desvalorizações da nossa moeda e pelo alto custo do dinheiro, junto com a incompetência de alguns, irresponsabilidade de outros e interesses escusos de muitos somadas com o culto universal "às caixinhas", "às graxas", "aos presentinhos", seguidas de processos corruptivos para obter vantagens extra-legais.

— Com obstaculização dos negócios. A medida que se demora na realização de uma providência, encarece-a e auxilia o processo inflacionário.

— Com diminuição da produtividade em consequência da ação demagógica, realizada por pretensos amigos dos trabalhadores que incutem nestes, o descaso pela ação produtiva.

— Com as obras suntuárias. É a exibição da sala de visitas régia, com o resto miserável, não que sejamos contra o progresso, mas é que elas foram feitas em épocas impróprias e sem o devido amparo financeiro.

— Com precipitação nas medidas financeiras. O que se fez com bom êxito num país desenvolvido, pode não ter êxito bom entre nós. Imitamos práticas e não aprendemos a lição que a nossa prática nos dá.

— Com o desejo do enriquecimento rápido que leva a prática de negócios absurdos, ao desejo de lucros imensos, o que é próprio do período paleotécnico que ainda domina a nossa economia, agravadas, como já dissemos por circunstâncias contingenciais.

A medida que vemos crescer os problemas econômicos brasileiros e não divisamos, ainda uma solução, serve de lenitivo as palavras do Presidente Figueiredo:

"Temos dificuldades, sim. Quem não as têm?

As nossas são problemas de crescimento.

Mas o Brasil a elas faz frente com o espírito dos que não tem medo".

Mas o que acontece é que o País vive uma grande crise de desconfiança.

A sociedade não confia nas autoridades que dirigem a economia.

Porém, aceitamos de que a economia está na cabeça do povo e não em decretos governamentais e gabinetes de tecnocratas.

Por essa razão entendemos, partindo da premissa de que estejam certas as autoridades econômicas, mesmo assim, convém mudá-las, para readquirir a confiança da sociedade, única maneira possível de resolver os problemas atuais, no nosso entendimento.

E a dura realidade é que com "CARTAS DE INTENÇÕES" do dia-a-dia, fomos perdendo nossa credibilidade e consequentemente nossa respeitabilidade econômica. Colocando-se em cheque, por alguns, a própria soberania ECONÔMICA NACIONAL.

E entendemos que:

A SOBERANIA É INALIENÁVEL E IMPRESCRITÍVEL: a Nação tem uma personalidade e não pode cedê-la a quem quer que seja.

A soberania não é transmissível. Aquele que atua na sociedade como autoridade, atua por delegação do Estado, e não representa um poder à parte dos mesmos, mas apenas o poder que dos mesmos emana.

Urge, portanto, aos homens de bem deste País, implantarem a verdadeira e completa liberdade, devolvendo ao Brasil a soberania dos brasileiros.

As idéias de liberdade sempre animaram os corações humanos. Liberdade que exige de uma NAÇÃO a consciência de um passado de glórias, um presente solidário e um destino comum a ser realizado.

E, agora, quando vivemos sob o domínio de uma asfixiante política econômica e quase sem meios de alcançar nossa verdadeira liberdade, temos que demonstrar nosso trabalho, mostrando a grandeza e a superioridade de homens dignos de serem brasileiros.

Assim, a liberdade será exaltada, a soberania consagrada como a mais alta das aspirações. A caricatura substituída pela realidade dos fatos e do momento, para que provoque um movimento libertador e o jugo econômico será sem dúvida sacudido, devolvendo a estabilidade econômica e a paz social que tanto almejamos.

Porém, só alcançaremos nossos ideais, com trabalho,

patriotismo, esperança, fé e amor ao bem comum.

A nada nos levará desenfreadas paixões e obstinadas críticas.

Com enfoques distorcidos e interesseiros da atualidade com a injusta busca de proveitos, ao invés de procurar oferecer soluções compatíveis com a realidade.

Convém honrarmos o trabalho, que dignifica.

Convém cultuarmos o patriotismo que enobrece e nos envolve levando-nos à renúncia e ao desprendimento.

Convém alimentarmos a esperança. A mesma do alferes e dos inconfidentes de Vila Rica, que foram traídos e submeteram-se a severos julgamentos, serenos e calmos, com a esperança dos que crêem e a certeza de que o Brasil seria livre.

Convém preservarmos a fé, que certamente nos guiará a um futuro próspero e feliz. Senão para nós, mas para nossos filhos.

A esperança que não surge de hábitos, e não é conquistada através de longas experiências, mas nasce conosco.

Não confiamos no melhor porque queremos, mas porque sentimos dentro de nós algo que nos convoca e nos faz confiar em um Brasil livre — soberano e feliz.

Assim é a fé.

O que é a fé, senão um sentimento firme de uma verdade tão evidente de "per si", sem receio de erros que em nós desponta sem que nada façamos para tê-la?

Ela também surge espontânea como surgem o amor e a caridade.

De onde nasce a liberdade, senão de lampejos de esperanças, fé e amor, nos valores mais altos.

Assim, confiantes nos nossos próprios valores, principalmente nos homens que aqui se reúnem, neste parlamento e em todos os parlamentos desta Nação, lembro ainda, uma frase de Tiradentes: "SE TODOS QUISESSEM, PODERÍAMOS FAZER DO BRASIL UMA GRANDE NAÇÃO".

Tenhamos, pois, esperança, e fé e teremos a liberdade e a redenção total da nossa Pátria".

Sr. presidente, srs. deputados, fizemos este pronunciamento onde avaliamos, com seriedade, livre, totalmente livre de qualquer paixão político-partidária, mas imbuída de um espírito patriótico e de uma fé viva, de que só com o esforço de todos, com a compreensão de todos os brasileiros, é que poderemos enfrentar o sério problema da economia nacional. Porque um governo apenas, seja ele Municipal, Estadual ou Nacional, não tem meios, através de decretos ou de resoluções, para resolver um problema que é de todos os brasileiros.

É só neste esforço comum, é só confiando nas palavras de Tiradentes, de que se todos nós quiséssemos, é que poderíamos fazer do Brasil uma grande Nação.

Fica esta colocação para fazermos uma reflexão e para fazermos uma análise, com profundidade, com seriedade, porque a hora exige e a nossa Pátria espera de todos nós uma ação pronta e eficaz, para que possamos enfrentar um sério problema que nos aflige e nos traz desesperança.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Nos dez minutos restantes da Liderança do PDS, com a palavra o nobre deputado Edgar Pimentel.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Sr. presidente, srs. deputados.

(Lê): "Igualdade e justiça formam o mais alto desiderato do homem e da sociedade. É o ideário dos povos e a retórica permanente do político.

Mas nem sempre os dois vocábulos se ajustam perfeitamente na ação, embora aparentemente não se oponham entre si. Há um sábio conceito segundo o qual nem

toda igualdade é justa por não premiar com a mesma medida direitos ou aptidões diferentes, mas que, "a igualdade está no tratamento desigual entre desiguais". Trata-se de uma interpretação dada pelos próprios homens, ligada às leis terrenas, que nada tem a ver com o sentido espiritual ou divino, com a sua dignidade comprometida com um direito sagrado.

"O HOMEM É PARTE DA SOCIEDADE POLÍTICA SEGUNDO ELE PRÓPRIO INTEIRAMENTE E SEGUNDO TUDO O QUE EXISTE NELE".

Esta é a doutrina cristã interpretada por São Thomás de Aquino, defendida no humanismo de Jacques Maritain, o grande pensador católico do modernismo.

O homem é parte da comunidade política e inferior a esta segundo as coisas que nele e dele, chamadas pelas indigências da individualidade material, dependem quanto à sua própria essência da comunidade política, e podem ser chamadas a servir de meios para o bem — temporal — desta.

Na mesma linha de entendimento, Maritain afirma que "o homem é constituído pessoa, feita por Deus e para a vida eterna, antes de ser constituído parte da sociedade; e é constituído parte da sociedade familiar antes de ser constituído parte da sociedade política. Daí os direitos primordiais que esta deve respeitar, e que não poderá lesar quando exige para ela o serviço dos seus membros".

Tais considerações nos vem ao pretendermos analisar a questão fundiária em nosso País, colocando o homem diante da terra e do trabalho e chamando para a responsabilidade do Estado em intervir através de uma legislação preservadora da justiça social.

"TODOS SÃO IGUAIS PERANTE À LEI".

Mas a lei não pode, a pretexto de resguardar os direitos de uns, ferir os direitos de terceiros. É preciso repelir essa tendência miserável de se considerar a pessoa como simples indivíduo material, legislando-se em manifesta oposição aos princípios eternos do Cristianismo. "De cada vez que estive no meio dos homens, dizia Sêneca, voltei um homem diminuído".

A lição que se deve recolher é de que enquanto integrado ao tecido social deste mundo, o homem deve fazer das coisas que o cercam permanente preocupação pelo bem comum.

Infelizmente, entre nós, o aproveitamento do solo não tem seguido os ditames superiores da sociedade, mas suscitado permanentes conflitos e desajustes sociais. O fenômeno das migrações que esvaziam os campos e incham os centros urbanos, gerando a marginalização, o favelamento e reduzindo a pessoa à condição de trapo humano, é o mais evidente e chocante exemplo da injustiça que se perpetua.

O relacionamento jurídico entre proprietário rural e posseiro, embutido no atual "Estatuto da Terra", não satisfaz a nenhuma das duas partes. Por encerrar, entre outros males, uma violação do direito de propriedade, proclamado pela Carta Magna, transformando o empregado de hoje no posseiro de amanhã, o diploma desestimula as atividades agrícolas pelo temor do proprietário em perder a terra que tantos sacrifícios lhe custou adquirir.

E também, não resolve o problema do trabalhador ao negar uma legislação que assegurasse uma ocupação duradoura que o tranquilizasse quanto ao seu futuro e o de sua família.

A culpa de tudo está nesse estilo condenável de se legislar sem prévia consulta à comunidade diretamente interessada na questão. Se hoje fossem ouvidos, tanto proprietários quanto trabalhadores rurais, optariam pela promulgação de uma lei que efetivamente resguardasse direitos e obrigações recíprocos, dentro do ânimo comum às duas partes em utilizar o solo para produzir alimentos e gerar prosperidade social.

A ausência de um diploma legal que instaure no campo o primado da justiça, é a principal causa das migrações que vão superpovoar os grandes centros formando novos contingentes de marginais e párias sociais. Enquanto as tensões se agravam, a produção agrícola cai vertiginosamente provocando inevitável aumento do custo de vida e, conseqüentemente, maior inflação.

Todo empenho das autoridades deveria ser dirigido para a fixação das populações rurais, oferecendo-lhes todos os recursos possíveis e, principalmente, implantando uma legislação justa e cristã.

Ademais, o trabalhador rural não deve e nem pode ser discriminado em relação a direito já alcançados pelo trabalhador urbano. Afinal a Federação é ou não é uma e indivisível?

Se realmente o é, como distinguir o trabalhador humano sob óticas regionais ou tipificações de serviços? Por um princípio de isonomia, impõe-se, neste caso, a igualdade de que falamos no início deste pronunciamento.

Deixamos aqui, sr. presidente, e srs. deputados, o nosso protesto contra tão iníqua situação em que se encontra a agricultura de nosso País, diante de uma legislação ineficaz e caduca, deixamos também sr. presidente, o nosso alerta quanto a imprevisíveis conseqüências que os desatinos poderão levar a Nação.

Recentemente, estivemos pesquisando a tendência dos trabalhadores rurais, dos empregadores rurais do nosso Estado e sentimos que há uma expectativa muito grande, no tocante a mudanças profundas no estatuto da terra que venha ao encontro dos mais elevados direitos do nosso homem do campo.

O Sr. Ezequias Losso (Assentimento) — Eminentíssimo deputado,

Edgar Pimentel. Acompanhamos com atenção o pronunciamento que vossa excelência apresentou nesta tarde e desejamos cumprimentá-lo, pela clareza das opiniões emitidas e pela oportunidade do protesto que formula desta tribuna. Realmente a legislação que foi concebida para promover melhor aproveitamento da terra em nosso País, não está proporcionando o necessário equilíbrio.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna, que seu tempo está esgotado. Concede-lhe um minuto para concluir.

O Sr. Ezequias Losso — Apenas concluindo, não está proporcionando o necessário equilíbrio e conseqüentemente há prejuízos para o produtor e para o consumidor. A economia conseqüentemente afetada.

Parabéns pela manifestação de vossa excelência.

O SR. EDGAR PIMENTEL — Muito obrigado, deputado Ezequias Losso e era o que tínhamos a dizer, sr. presidente e srs. deputados.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

Com a palavra o sr. deputado Ferrari Júnior, por quinze minutos.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. presidente, srs. deputados.

(Lê): "O deputado Airton Cordeiro afirmou que o Governo José Richa é um governo impostor. Seria impostor porque chegou ao Poder nos braços do povo? Seria impostor porque mereceu o respaldo de expressiva maioria do eleitorado que apoiou o ideário político do PMDB e decretou a aposentadoria compulsória de políticos comprometidos com o autoritarismo.

Em que pese a opinião do nobre deputado do PDS, está claro que o Governo José Richa é um governo legítimo, que marcou o início de um novo ciclo na política paranaense, colocando fim à impostura até então vigente, representada por

homens divorciados dos legítimos interesses do Estado e das justas aspirações da população.

Sua excelência, o deputado Airton Cordeiro acusa o Governador José Richa de não apresentar obras, esquecendo-se que nenhum governo pode realizar obras significativas em apenas seis meses e que o PMDB encontrou a administração estadual em ruínas, as empresas estatais falidas e o Estado sofrendo diretamente os efeitos da recessão, com 450 mil "bóias-frias", com 217 mil trabalhadores urbanos desempregados e com 750 mil sub-empregados.

Apesar de tudo isso e da existência de um orçamento deficitário, o Governador José Richa atendeu as reivindicações do funcionalismo, concedendo o 13.º salário e o reajuste semestral de vencimentos.

E o nobre deputado do PDS demonstra toda a sua irritação, diante das providências adotadas pelo Governo Democrático do PMDB, visando o saneamento das finanças do Estado, Colocando um freio nas mordomias, nos gastos supérfluos, no consumo exagerado de combustíveis e na prática generalizada da sonegação de impostos.

Como estas práticas nocivas aos interesses da administração e do povo do Paraná eram corriqueiras, sua excelência não consegue admitir que o Governador José Richa, em tão curto prazo, tenha conseguido reduzir o déficit orçamentário e investe contra ele, chamando-o de "milagreiro" do Palácio Iguaçu, num gesto de desespero e de profunda falta de ética porque não respeita as prerrogativas do cargo de governador, que em boa hora o povo do Paraná confiou a José Richa.

E somente por astúcia, o nobre deputado Airton Cordeiro não faz referência alguma às dívidas contraídas em períodos anteriores, que importam em uma enorme sobrecarga de responsabilidades para o Governo José Richa, que somente este ano deve pagar cento e quatorze bilhões de cruzeiros.

Os deputados do PDS que tanto exigem resultados do governo, nesse período de apenas seis meses, devem saber que já foram investidos mais de seis bilhões de cruzeiros em obras de saneamento básico, com a implantação de doze novos sistemas de abastecimento d'água e a ampliação de outros quatorze sistemas, além da ampliação de mais quinze sistemas de esgotos sanitários, beneficiando diretamente uma população de cento e noventa e cinco mil paranaenses.

A meta do Governo José Richa é dotar cem por cento dos municípios paranenses de água tratada, com a colaboração das prefeituras e das próprias comunidades.

Em apenas seis meses de governo foram concluídas e entregues 1.200 casas populares e outras quatro mil estão em fase de construção. E não é só isso, a meta do Governo José Richa é de construir noventa mil casas populares até o final do seu mandato.

Vossas excelências, deputados do PDS e o povo do Paraná podem ficar tranquilos. Uma vez saneada a administração do Estado, estabelecido um rígido controle de gastos e executado o plano de Governo do sr. José Richa, todos veremos um novo Paraná. E isso não é apenas um jogo de palavras, é um compromisso do PMDB com o povo do Paraná."

Mas, sr. presidente, e srs. deputados, ainda ontem o deputado Nilso Sguarezi, Líder da Bancada do PMDB nesta Casa, fazia uso da tribuna e falava do desespero do PDS porque perdeu as eleições. Falava da vergonha que se pretende impor a este Estado que é o governo paralelo do PDS.

Governo paralelo do PDS proposto pelo brilhante Líder do PDS nesta Casa. E que já foi mal interpretada a idéia do Líder do PDS pelo menos por um prefeito do seu

partido, o PDS.

E expor no Estado do Paraná o primeiro escândalo.

O PMDB tem a maioria dos prefeitos do Paraná porque, ganhou as eleições. O PDS tem a minoria dos prefeitos, porque perdeu as eleições. E o voto foi vinculado.

Mas, o primeiro grande escândalo do Paraná surge através de um prefeito do PDS, prefeito de Sarandi deste Estado e que deve ter entendido muito mal a mensagem do líder do PDS que propôs um vergonhoso paralelo e que nós paranaenses não aceitamos.

O prefeito de Sarandi entendeu mal a mensagem do líder, acha que o governo paralelo é para meter a mão!

Mesmo perdendo as eleições acha que a mamata vai continuar, que dá para continuar a meter a mão no dinheiro do povo!

Chamo a atenção inclusive dos membros da CPI, da Corrupção nesta Assembléia, não obstante alguns deputados do PDS estejam esperneando, contra integrantes, brilhantes integrantes desta Comissão de nossa bancada, para que apurem irregularidades num projeto de lei, mandado à Câmara dos Vereadores de Sarandi, pelo prefeito municipal do PDS, Júlio Bifon, vejam que vergonha, senhor presidente, nobres senhores deputados, eu não acredito!

Prefeitura de Sarandi, diz a manchete de um jornal de Maringá, "O Jornal de Maringá", Prefeitura de Sarandi dá 3 milhões a quem fôr a Brasília buscar 30 milhões de cruzeiros.

Dez por cento!

É o Zezinho 10 por cento, de volta ao Estado do Paraná, é o tal do governo paralelo!

O prefeito de Sarandi entendeu mal a mensagem do líder do PDS que naturalmente quer um governo paralelo numa atuação: política, para atrapalhar a brilhante atuação de José Richa que está em andamento neste Estado.

O Sr. Jorge Maia — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — Darei oportunamente.

Ele entende que a idéia do governo paralelo é para afanar e meter a mão no dinheiro público, aqui diz a lei do prefeito, vejam os senhores se conseguem acreditar porque eu até agora não consigo acreditar.

Art. 1.º — Fica o Poder Público autorizado a passar procuração em caráter específico à pessoa física ou jurídica, de ilibada idoneidade moral, com a finalidade de receber junto ao governo federal, Ministério do Interior, verba no valor de até 30 milhões de cruzeiros.

Art. 2.º — Para fazer face a despesa fica autorizado o pagamento de 20 por cento desta taxa, a quem receber esta verba junto ao governo federal, Ministério do Interior.

O Sr. Jorge Maia — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. FERRARI JÚNIOR — A seguir, excelência.

Gente, amigos, companheiros, ilustres deputados do PDS que falaram há pouco em sair da Comissão da CPI da Corrupção, um apelo que eu faço, não saiam, não!

É preciso que vocês continuem também na CPI da Corrupção a ajudar os eminentes companheiros do PMDB a combater efetivamente a corrupção neste Estado, como esta que estou apresentando neste instante!

Tem a palavra, o deputado Jorge Maia.

O Sr. Jorge Maia — Nobre deputado, talvez eu tenha entendido mal...

O SR. FERRARI JÚNIOR — Desde que seja breve, excelência, porque o tempo é muito curto.

O Sr. Jorge Maia — Então dispense o aparte.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Muito obrigado, senhor Adhail Sprenger Passos, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Adhail Sprenger Passos. — Nobre deputado, agradeço a concessão do aparte, eu pedi, porque vossa excelência quando falava em desespero, eu me lembrei da justificativa que foi feita da tribuna desta Casa, pelo deputado Erondy Silvério, quando dizia que eu não era autor do parecer que apresentei na Comissão Parlamentar de Inquérito relativo à Fundepar.

Quero aqui afirmar alto e bom som que sou autor e sua excelência para justificar esta falsa afirmação de sua excelência, diz que nós não pusemos no relatório o número nos documentos constantes dos autos da CPI.

Sua excelência esquece que é uma praxe apenas mencionar, por exemplo, conforme documento de folhas, numerar a folha, por outro lado, eu não quis adotar este critério, apenas abri um espaço no relatório para que fosse colocado o número, e porque não coloquei no momento? Porque as folhas dos autos da CPI da Corrupção não estão ainda numeradas por um problema de que a direção da CPI ainda não estabeleceu os critérios para fixar a numeração das folhas do processo, apenas isso!

Vê quanto é pueril a justificativa para dizer que o parecer é de minha autoria não seja da minha autoria. Que infantilidade! Que risível a afirmação de vossa excelência!

O SR. FERRARI JÚNIOR — Muito obrigado, caro deputado Adhail. Essa denúncia de Sarandi, município do PDS, foi feita pelo presidente do Diretório Municipal do PMDB da cidade de Sarandi o jovem Zulmar Faquim. Este jovem líder do PMDB observou num trecho da entrevista que concedeu à imprensa de Maringá, que o Diretório do PMDB de Sarandi tem feito um trabalho junto aos deputados, junto ao governo visando levar benefícios ao governo de Sarandi, ao prefeito do PDS, ou à Prefeitura do PDS.

Foi assim que o governo José Richa mandou para aquele município, emprestada até o final do ano, uma motoniveladora sem custar tostão algum aos cofres do município; é assim que o governador José Richa manda a Sarandi verbas para o pagamento de 50 por cento dos professores que prestam serviços nas escolas estaduais.

Desse trabalho participei para ajudar o município de Sarandi; o jovem Zulmar Faquim participou e nós não cobramos tostão algum de comissão para encaminhar dinheiro do governo do Estado do Paraná,

verba do Paraná para o Município de Sarandi; mas o prefeito municipal de Sarandi quer pagar uma comissão — não sei se é um irmão, se é um parente, se é um vizinho, se é um cabo eleitoral — para alguém sair do Sarandi e ir à Brasília buscar dinheiro que não é do Governo Federal; que é do povo e que deve ser destinado a Sarandi, ao povo de Sarandi, mas através de uma lei vergonhosa quer pagar dez por cento de comissão. Ainda ontem fazia uso desta tribuna o meu Líder Nilso Sguarezi que acabou sendo contestado, depois, pelo deputado Aírton Cordeiro. E o deputado Nilso Sguarezi era criticado porque condenava como eu o faço agora, o chamado governo paralelo proposto pelo Líder da Bancada do PDS que é, pelo menos, uma vergonha, um acinte, uma afronta ao povo do Estado do Paraná que elegeu livremente os seus representantes em todo Estado. Deputado Nilso Sguarezi, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Nilso Sguarezi — Nobre deputado Ferrari, isso mostra bem a que ponto é fácil conseguir dinheiro do Governo Federal. Acho que os vereadores do PDS de Sarandi, o prefeito, foram levados a isso porque viram a facilidade com que o Governo Federal entrega dinheiro aos municípios que têm que chegar ao cúmulo de se expor, de institucionalizar a corrupção porque me parece que esse é o caminho mais viável, como já diria o Juruna para se chegar aos cofres do poder.

Mas eu queria só fazer um reparo aqui a uma injustiça que o nobre deputado Erondy Silvério cometeu na tarde de hoje contra o deputado Adhail Sprenger Passos. O deputado Adhail Sprenger Passos granjeou na bancada do PMDB um respeito muito grande exatamente pela sua competência de parlamentar. E o nobre deputado Erondy Silvério que foi vereador em Curitiba, conhece Adhail Sprenger Passos de há muito tempo e sabe que se há um homem preparado e talhado para o mandato de parlamentar, este homem, nesta Casa, é Adhail Sprenger Passos, que pela sua personalidade não assinaria qualquer coisa a não ser que tivesse conhecimento profundo e consciência do ato que estava fazendo. Então, quando Adhail Sprenger Passos apresentou na CPI da Corrupção o relatório, este relatório era do seu inteiro conhecimento e foi de sua vasa e de sua letra. Ele apenas se assessorou, como homem cauteloso, responsável e inteligente, se assessorou muito bem juridicamente para não fazer o que lamentavelmente muitos fazem, como a denúncia daquela que veio aqui no plenário de que um Secretário de Estado estava cometendo um crime de peculato, como fez a Liderança do PDS, desconhecendo que há uma lei que autoriza o cidadão ter o telefone em casa. Então, o cuidado, o zelo do deputado Adhail Sprenger Passos é que realmente tumultuou porque é um relatório imbatível, indesmentível e que tenho certeza será base para uma denúncia de uma ação penal pública que a justiça haverá de instituir no caso da FUNDEPAR.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Seria muito bom, que os eminentes companheiros do PDS fizessem efetivamente oposição. Particularmente, acho que a bancada do PDS não tem cacoete para fazer oposição. Dá para entender perfeitamente, porque a gente acostuma muito tempo no Poder. Então nós entendemos, mas, gostaríamos de contar com o apoio da bancada do PDS, para que realmente fizesse oposição, para que naturalmente aprendesse a fazer oposição nesta Casa, e nos ajudasse a governar o Estado do Paraná. Uma oposição dedicada, uma oposição justa, uma posição honesta. Nós trazemos fatos. Por exemplo, estamos aqui hoje falando de um Governo do PDS, governo, que como disse o Líder, Nilso Sguarezi, quer institucionalizar através de uma lei aprovada pela Câmara, a corrupção. Estamos trazendo fatos e mostrando.

Está à disposição, inclusive da CPI da corrupção nesta Casa.

E gostaríamos que também a Bancada do PDS ao fazer oposição ao Governador José Richa, nos ajudasse, trazendo fatos concretos, para que nós pudéssemos também cobrar.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa informa que os quinze minutos de vossa excelência estão esgotados, e consulta à Liderança e concede mais cinco minutos.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Vou encerrar mesmo porque o companheiro Sérgio Spada necessita de quinze minutos para fazer uso da palavra e, ele havia solicitado tempo.

O Sr. Jorge Maia — Agradeço o aparte imparcial.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Fez bem vossa excelência em não entrar no aparte, porque vossa excelência teria que entrar no sério. Esta história de vir no grito não funciona.

Nós não vamos aceitar, não vamos admitir, conversa no grito, excelência. — (Sem revisão do orador)

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Augusto Carneiro)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Carneiro) — A Mesa comunica ao nobre orador que o seu tempo está encerrado.

Segundo a palavra do orador que se encontra na tribuna, ele dispensou os cinco minutos cedendo ao deputado Sérgio Spada quinze minutos. E com a palavra o sr. deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Sr. presidente, e srs. deputados.

(Lê): “Renuíram-se neste final de semana os secretários de Justiça dos dez Estados, em que as Oposições foram vitoriosas no último 15 de novembro.

Neste encontro, organizado, e coordenado pela Secretaria de Justiça do Estado do Paraná, através dos esforços do Secretário Horácio Raccanelo, e sua equipe, que representou um marco importante, que deverá constituir-se em exemplo a ser seguido, foram extraídas importantes resoluções, abordando tanto questões referentes ao aperfeiçoamento democrático do País, quanto questões visando a superação das graves dificuldades existentes no interior das áreas afetadas em especial na assistência judiciária sistema carcerário e na defesa dos direitos humanos.

Sr. presidente e srs. deputados.

Transcrevemos a seguir, a íntegra das resoluções que iniciam-se com a “Carta do Paraná”:

“Os Secretários de Estado da Justiça do Acre, Amazonas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, reunidos em Curitiba, cientes da responsabilidade que enfrentam em concorrência das funções político-administrativas que lhe são cometidas por lei, nesta hora de perplexidade em que se debate a Nação aviltada pela incompetência de uns, indiferença de muitos e a ganância de outros tantos, levam à consciência cívica nacional o apelo veemente, no sentido de contar com o concurso de todos os brasileiros, para encontrarmos soluções condizentes com os legítimos anseios de democracia com desenvolvimento e justiça social.

As eleições de Governos de Oposição ao sistema autoritário implantado no País a partir de 1964, apesar dos entraves impostos a obstaculizar a legítima representação da vontade popular, representam um avanço significativo no processo de normalização jurídico-institucional em busca do pleno Estado de Direito. Não bastam, no entanto, para garantir ao brasileiro pleno gozo de direitos e garantias individuais, além de um padrão compatível com as exigências mínimas da dignidade humana.

Os efeitos predatórios da crise brasileira desdobram-se, como é natural, em todos os quadrantes do País. Milhões de

brasileiros subnutridos trabalhadores rurais sem terra, criaturas sem escolas, sem assistência de qualquer espécie, enfrentam o desemprego, inflação incontrolável, a miséria, a violência indiscriminada, a crescente mortalidade infantil, o constante aumento da criminalidade e de problemas sociais.

Com a responsabilidade assumida e exercitada pelos subscritores, no que tange ao zelo pela Justiça em seu amplo sentido comunitário, postulam a priorização de providências capazes de gerarem transformações de fundo da realidade social.

Eleições diretas em todos os níveis — Presidência da República, Prefeituras das Capitais, áreas de segurança nacional, e estâncias hidrominerais.

Revogação de todos os instrumentos de exceção.

Reformulação da Lei de Segurança Nacional, e da Lei de Imprensa, para que deixem de ser veículos de violações dos direitos e garantias do cidadão;

Apoio ao clamor nacional em favor da reforma tributária, que restabeleça o princípio federativo e fortaleça os municípios na forma proposta por prefeitos e vereadores das mais diversas regiões do País, em recente marcha à Brasília.

Reforma agrária, capaz de resgatar os parâmetros mais elementares do homem do campo, promovendo-lhe a estabilidade e propiciando o desenvolvimento da produção agrícola, estendendo-se aos Estados o poder de desapropriação da terra por interesse social.

Garantia da liberdade no exercício da atividade sindical, como exigência mínima de um regime democrático.

Os senhores secretários ainda manifestam adesão ao diagnóstico de lavra dos advogados brasileiros, através da OAB, que concluiu pela ilegalidade do acordo do governo brasileiro, com o FMI, e afirmam a flagrante violação da soberania nacional.

Impõe-se soluções estruturais, com alterações profundas no sistema concentrador de rendas e antinacional, para que se devolva a esperança a milhões de brasileiros oprimidos pelos interesses estrangeiros que aviltam a economia interna, para que se evitem os graves efeitos de uma conculsão, com sinais iminentes de eclosão.

O regime de exceção imposto ao povo brasileiro há duas décadas insere-se como o grande responsável pela crise econômico-social que traumatiza a nacionalidade brasileira.

O modelo autoritário fracassou.

O engajamento de todas as forças vivas da nacionalidade não pode tardar. A começar dos partidos políticos de Oposição, sindicatos, igrejas, ABI, OAB, associações e uniões populares, organizações estudantis, parlamentares, executivos estaduais, municipais e todos os segmentos organizados da sociedade civil.

Todas as questões políticas que envolvem o Brasil não devem ser resolvidas somente em gabinetes palacianos, mas através da participação decisiva de todos os brasileiros. Em nós, a consciência da necessidade de reconquistar amplas franquias democráticas, justiça social efetiva, democracia substantiva, liberdade, nacionalismo, via Assembléia Nacional Constituinte. Enfim, o reencontro do Brasil com os brasileiros".

São medidas tiradas nesse histórico encontro:

1 — Implantação e aprimoramento da Assistência Judiciária nos Estados como órgão autônomo, com atividades voltadas principalmente para a divulgação de direitos, orientação da população, resolução de conflitos e defesa das camadas majoritárias e marginalizadas da população, sem quaisquer ranços paternalistas.

2 — Luta pela edição da Lei Orgânica Nacional que estrutura a Assistência Judiciária.

3 — Descentralização dos Serviços de Assistência Judiciária, com módulos de atendimento em todas as regiões carentes.

4 — Participação efetiva dos assistidos no processo de funcionamento da Assistência Judiciária.

5 — Sugestão aos tribunais de Justiça no sentido de que seja recomendado aos juízos e Cartórios o tratamento prioritário aos processos de âmbito da Assistência Judiciária.

6 — Adoção de medidas necessárias à obtenção de dispensa das custas indiretas do processo judicial para a clientela da Assistência Judiciária.

7 — Rigorosa fiscalização por parte do pessoal penitenciário do tempo legal da execução da pena.

8 — Tratamento penitenciário humano e adequado buscando real solução para problemas sócio-econômicos de cada interno.

9 — Recomendar aos Tribunais de Justiça dos Estados, que juntamente com as cartas de guia sejam anexadas cópias de denúncia sentença, acórdãos e laudos para possibilitar um reestudo real da situação jurídica do interno.

10 — Criação de escolas para preparação do pessoal penitenciário.

11 — Obrigatoriedade de frequência a cursos de alfabetização, propiciando o desenvolvimento intelectual dos detentos.

12 — Obrigatoriedade da laborterapia propiciando a profissionalidade dos internos.

13 — Reumneração ao trabalho do interno de forma a garantir-lhe o necessário à sua sobrevivência e de seus dependentes.

14 — Sindicalização dos internos com direitos previdenciários.

15 — Promoção da participação da comunidade no trabalho de reinserção do interno à sociedade.

16 — Garantia do pleno direito do exercício da cidadania ao interno.

17 — Estímulo às atividades culturais, esportivas e de lazer para os internos do sistema previdenciário.

18 — Criação de Conselhos Estaduais de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, com a participação da sociedade civil.

19 — Estímulo à implantação de Comissões Municipais, de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

20 — Enfrentamento dos problemas relativos à situação jurídica dos estrangeiros residentes no País.

21 — Atuação junto à comunidade na defesa do direito inalienável do homem ao trabalho, habitação, alimentação, educação, saúde, segurança, cultura e lazer, assegurando-lhe as condições mínimas compatíveis com a dignidade humana.

Assinam o presente documento, os seguintes Secretários de Estado da Justiça:

Acre — Dr. Francisco Gonzaga Castro

Amazonas — Dr. José Cardoso Dutra

Espírito Santo — Dr. Mário Alves Moreira

Goiás — Dr. Antonio Francisco de Almeida Magalhães

Mato Grosso do Sul — Dr. Juarez Marques Batista

Minas Gerais — Dr. Sílvio de Andrade Abreu Júnior

Paraná — Dr. Horácio Raccanelo Filho

Pará — Dr. Itair Sá da Silva

Rio de Janeiro — Dr. Vivaldo Vieira Barbosa

São Paulo — Dr. José Carlos Dias.

Esta é senhores deputados, a íntegra das deliberações do encontro dos Secretários de Justiça dos governos oposicionistas, que merecem uma profunda análise, visando a sua transformação em realidade, o que em muito melhoraria a situação vigente nas áreas afetas à pasta da Justiça".

Sr. presidente e srs. deputados. Como pudemos perceber,

esses secretários aqui reunidos, tiveram a feliz idéia de maneira concreta e real, fazer o levantamento da atual situação do sistema penitenciário principalmente em todo o Brasil. Concluíram do seu estado de calamidade, da sua falência e propuseram medidas concretas que, certamente, obtendo o apoio da classe política, certamente se obtenha o apoio com os Governos de Oposição dos Estados em que o PMDB e o PDT ganharam eleição em todo esse Brasil, farão com que essa classe que já resiste às mais difíceis situações — no cárcere — saiam desse verdadeiro inferno, ressocializado para a nossa sociedade.

Era esse o documento, Sr. presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Carneiro) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. deputado Mário Pereira, devidamente apoiado, constante do expediente. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do sr. deputado Airton Cordeiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 92/83, que declara de utilidade pública a "Associação de Estudos da Educação Infantil - ASSEEDI", com sede nesta Capital. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 77).

REDAÇÃO FINAL — do projeto de Lei nº 98/83, que autoriza o PODER EXECUTIVO a realizar concurso interno, para enquadrar na carreira de Agente Fiscal, servidores contratados como "conferente", conforme especifica. — **Aprovado, por unanimidade.** — (Publicado no D.A. nº 98).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 103/83, que declara de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais - SOS", com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 80).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 104/83, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI", com sede e foro em Marechal Cândido Rondon. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 80/)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 109/83, que declara de utilidade pública a "Associação dos Moradores de São Braz - AMSB", com sede nesta Capital. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 82)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 110/83, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmeira - APAE", com sede e foro na cidade de Palmeira. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. nº 83)

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 44/83, de autoria do deputado TRAJANO BASTOS que acresce ao art. 23 do Regimento Interno um inciso com seus respectivos parágrafos, em que autoriza à Mesa, promover em caráter experimental, estágios de trabalho em seus serviços legislativos e administrativos, para universitários de todo o Estado. Com

pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF, CRH e COMISSÃO EXECUTIVA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 89/83, (Mensagem nº 64/83), de autoria do PODER EXECUTIVO, para reverter ao Patrimônio do Estado, o imóvel situado nesta Capital, à rua Presidente Carlos Cavalcanti, esquina rua João Manuel, conforme transcrição nº 56.788, às fls. 88, do Livro 3-V, do Cartório da 1ª Circunscrição do Registro de Imóveis desta Capital. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, e CT e EMENDA da CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda. — **Aprovada.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 79/83, (Mensagem nº 90/83, ex-Proposição nº 85/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos de Cooperação Técnica e Financeira ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando execução do PROSAFRAS, no exercício de 1983. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 80/83, (Mensagem nº 80/83, ex-Proposição nº 87/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Renovação de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Foz do Iguaçu, com interveniência da SUDESUL, objetivando implantação do Sistema de Galerias de Águas Pluviais. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 83/83, (Mensagem nº 81/83), ex-Proposição nº 88/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e Municípios que especifica, objetivando execução do PROSAFRAS no exercício de 1983. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Augusto Carneiro) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Flávio Augusto Bassetti de Paula, ocorrido no dia 04 de outubro do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Antônio Pavesi, ocorrido no Município de Faxinal. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Flávio Augusto Bassetti de Paula, ocorrido no dia 04 de outubro do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. José Antonio Gimenez, ex-candidato a prefeito do Município de Califórnia, ocorrido no dia 05 de outubro do corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. deputado Sérgio Spada, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. Ministro do Trabalho, encarecendo o

levantamento da intervenção decretada pela Delegacia Regional do Trabalho no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Olaria, de Cerâmica para construção de Artefatos de Cimento Armado e de Mármore e Granitos de Curitiba. — **Aprovado.**

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente da sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Associação dos Viajantes do Norte do Paraná no Município de Londrina, pela passagem do 25.^o aniversário de criação. — **Aprovado.**

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de pedido de informações ao senhor Chefe do Poder Executivo, quanto aos gastos na transmissão de seu pronunciamento no horário nobre do dia 2 de outubro do corrente ano.

— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores Governador do Estado e Secretário da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que seja equipado o Mini-Posto de Saúde localizado no Distrito de Poema, Município de Pitanga. — **Aprovado.**

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores Governador do Estado e Secretária de Educação, no sentido de que sejam executadas obras de reparos no prédio da Escola Érico Veríssimo, no Município de Laranjeiras do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores Governador do Estado e Secretária da Educação, no sentido de que seja construído um muro no Colégio Estadual Arthur de Azevedo, no Município de São João do Ivaí. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores Governador do Estado e Secretária de Educação, no sentido de que seja construído um salão de reuniões na Escola José de Mattos Leão, no Município de São João do Ivaí. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora Secretária da Educação, encarecendo no sentido de que não seja transferido para outra cidade, o Núcleo Regional de Ensino, no Município de Apucarana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo estudos quanto a junta de conciliação e julgamento da Comarca de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos senhores Deputados Rubens Bueno, Homero Oguido, Márcio Almeida e Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Rádio Clube de Londrina Ltda., pela transmissão da programação da Rádio Globo-SP.

— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Presidente do Tribunal de Justiça, visando a instalação da Junta de Conciliação e Arbitramento na Comarca do Município de Goioerê. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário dos Transportes, encarecendo recursos para a recuperação do aterro que liga o acesso da PR-180 à sede do Município de Moreira Salles. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo o envio de materiais para o Colégio Estadual Dom Bosco, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a designação de um médico para o Posto de Saúde no Distrito de Luiziana, no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, visando a implantação de uma agência do IPE, no Município de Engenheiro Beltrão. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações para com o senhor George Christofis, pela sua eleição como presidente da Federação do Comércio Varejista do Estado do Paraná. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de congratulações para com a Associação das Secretárias do Paraná, pela passagem do "Dia da Secretária", ocorrido no dia 30 de setembro próximo passado. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Presidente do Tribunal de Justiça, visando a criação e instalação do Conselho de Conciliação e Arbitramento (Juizado de Pequenas Causas), para a Comarca de Umuarama. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 36.^o aniversário do Município de Cambé. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações e regozijo pela passagem do 60.^o aniversário da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Paranaguá. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao sr. secretário das Finanças, apelando no sentido de que seja revista a pauta do feijão, quanto às taxações de início de safra. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do editorial publicado no "Jornal do Estado", intitulado "A culpa é do índio". — **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do sr. deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos srs. governador do Estado e secretária da Educação, encarecendo seja reconhecido pelo governo do Estado o curso de Segundo Grau no Colégio Cenecista Francisca Gomes Nápoli, no município de Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Gernote Kirinus constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao sr. governador do Estado, no sentido de que nos dissídios coletivos de trabalho ou reajustes salariais que envolvam os funcionários das empresas estatais de jurisdição estadual, seja acatada a legislação trabalhista anterior ao decreto lei número 2045, permitindo o reajuste dos vencimentos e salários ao nível da Lei Federal número 6708/79. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do sr. deputado Tuguio Setogutte, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Associação dos Supermercados do Estado do Paraná, pela medida que visa conter, pelo prazo de 45 dias, os preços de 21 gêneros alimentícios, bem como diversos produtos de limpeza. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 12, 74, 75, 76, 77 e 78/83.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 89/83.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 79, 80 e 83/83.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/82.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 05 DE OUTUBRO DE 1.983.

"A CULPA É DO ÍNDIO?"

O porta-voz do Palácio do Planalto confirmou que os Ministros de Estado pediram ao Presidente da Câmara Federal a cassação do deputado-cacique Mário Juruna, folclórica figura levada ao Congresso Nacional pela avalanche de votos brizolistas

no Rio de Janeiro. Por sua vez, o líder do principal partido da oposição, lembrou que o cacique vem falando contra os Ministros, em seu português estropiado, desde o momento em que tomou posse "e nunca o governo se preocupou". Estranha o deputado que apenas agora, quando se acumulam denúncias de corrupção, a inflação e a carestia alcançam níveis assustadores e o Congresso prepara-se para votar o decreto 2.045, apareça esta iniciativa coletiva do Ministério.

Afinal, a culpa é do índio?

O Brasil ostenta orgulhosamente o título de campeão mundial de dívida externa com seus imbatíveis 100 bilhões de dólares. O Ministro da Fazenda acaba de reconhecer no FMI que o gás acabou: sem um empréstimo-ponte de 2,5 bilhões de dólares não poderemos nem pagar as dívidas em atraso até o final do ano. É o ponto mais baixo de uma descida aos infernos que tem como episódios intermediários cenas da construção da rodovia Transamazônica, hoje com largos trechos retomados pela selva e custo desconhecido. Os contratos atômicos internacionais sem licitação e uma generosidade exemplar na hora de gastar nossas divisas com as empresas estatais.

O Brasil está falido.

A culpa é do índio?

Donas-de-casa estão iniciando um movimento interestadual de boicote à carne bovina, cujos preços subiram 450 por cento de janeiro para cá. Esta alta é parcela de um conjunto assustador, onde se destacam os medicamentos, com alta superior a 2.000 por cento desde que foram liberados, no ano passado. O custo de vida está tão elevado que a classe média começou a abrir mão do status conquistado durante a década de 70.

Não poucas famílias tiveram de tirar os filhos de escolas particulares para matriculá-los em estabelecimentos públicos gratuitos.

A culpa é do índio?

No Nordeste aflito, milhões de pessoas rezam todo o dia para que apareça na curva da estrada um caminhão de ajuda vindo do Sul. Flagelados incluem em seu precário cardápio calangos e rabudos. Um jornal de circulação nacional publicou charge mostrando um casal de ratos em retirada para fugir da panela do nordestino esfomeado. Nessa região foram registrados níveis de consumo de calorias e de proteínas tão baixos que a simples sobrevivência já constitui um milagre.

Será do índio esta culpa?

Prefeitos e vereadores de todo o Brasil viajaram ao saberem que o Presidente Figueiredo não vai pensar na reforma tributária antes de meados do próximo ano. É a primeira vez que se ouve o som de vaías no Palácio do Planalto, desde 1.964. Os analistas políticos dizem que a autoridade presidencial precisa ser fortalecida com urgência, sob pena de assistirmos a situações ainda piores.

O índio é culpado disso?

O quadro nacional não inspira otimismo nem no mais panglossiano dos brasileiros. Há miséria, fome, corrupção, descrédito, crise de autoridade. O Ministério revela — com brilhantes exceções — sinais de incompetência. A burocracia do Planalto Central entrava todas as iniciativas e retarda as mais urgentes providências. O Brasil vai mal.

Mas botar a culpa no índio não vai ajudar nada."